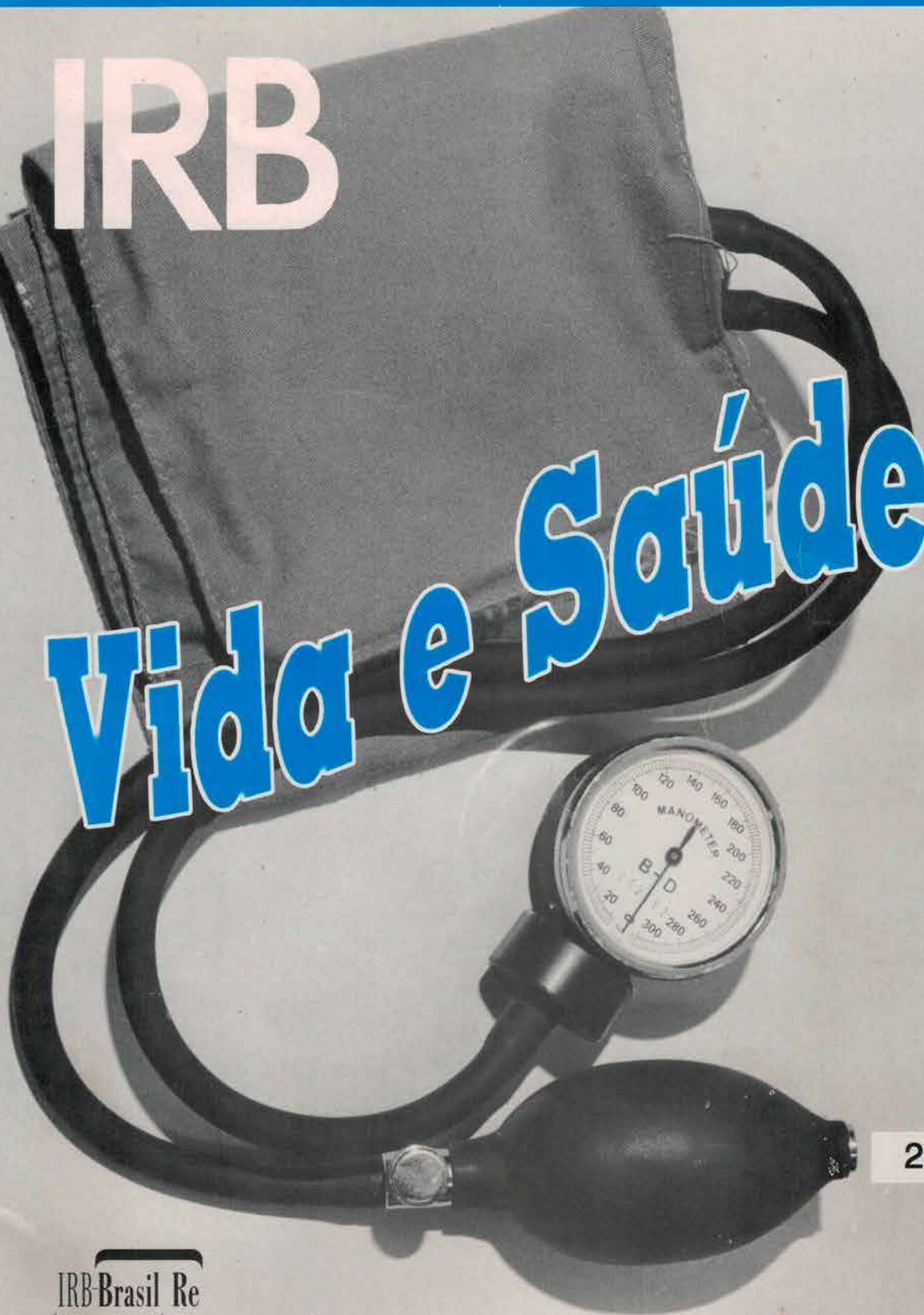


IRB

Vida e Saúde



MERCADO DE SEGUROS X JUÍZO ARBITRAL

No mundo atual, globalizado, ágil e dinâmico, as negociações, os contratos, ocorrem em grande escala e com extrema rapidez. Algumas vezes surgem conflitos entre as partes (negociadores ou contratantes) e, por consequência, a necessidade de que os mesmos sejam resolvidos, o que, via de regra, enseja o ajuizamento de uma ação judicial. No mercado de seguros a situação não é diferente.

Outrossim, duas situações angustiam e geram insegurança a todos os que atuam no mercado segurador e que precisam ir ao Poder Judiciário, em função de desavenças surgidas em suas negociações: primeira, a lentidão dos processos; segunda, os equívocos conceituais que ocorrem nos julgamentos. Em relação à primeira questão, é dispensável maiores explicações, posto que o mundo real, fático, utiliza como meio de locomoção uma moderna aeronave, ao passo que o processo judicial move-se como se utilizasse um antigo veículo de tração animal.

Isso é um problema muito sério, posto que no mundo dos negócios e, em especial, na área de seguros, as decisões devem ser tomadas com rapidez; o mercado exige eficiência, agilidade e posicionamento, o que é incompatível com a lentidão de um processo judicial.

Imagine-se um contrato entre duas sociedades seguradoras que resolvem desenvolver conjuntamente um produto. As empresas investem expressivamente e, em determinado momento, surge um impasse, um conflito entre as mesmas. Se esse tiver de ser levado à apreciação do Judiciário, praticamente o negócio será inviabilizado, prejudicadas diretamente as duas seguradoras e indiretamente inúmeras outras pessoas, como clientes, empresas diversas ligadas ao negócio, etc.

De outra forma, se fosse possível uma solução rápida para o conflito, provavelmente o negócio não seria inviabilizado. Poder-se-ia ter uma decisão provisória, inclusive, a perdurar até a definitiva, que também deveria ser célere. Tudo com o objetivo de não ser inviabilizado um negócio e preservar-se as partes de prejuízos.

O outro problema, que vamos nos permitir chamar de "conceitual", é mais

grave ainda, chegando a ser dramático. O que ocorre é que nós não temos juízes especializados em questões de seguro. O juiz atualmente é um homem estressado pelo volume de trabalho e que tem que julgar inúmeras questões de naturezas profundamente diversas. É o mesmo magistrado que julga, por exemplo, uma ação de despejo, uma indenização por danos morais ou por erro médico, uma ação de usucapião e uma negociação na área do seguro.

Ora, nós que trabalhamos diariamente com seguro, sabemos da necessidade de um estudo aprofundado nessa área e o quanto especializado ela é. A inexistência de juízes especializados em seguros faz, não raro, que surjam situações assustadoras, como o caso de um excelente e respeitado juiz que, ao apreciar uma ação entre uma seguradora e uma sociedade corretora, julgou a mesma como se a apólice, que estava sendo discutida, fosse de seguro contributivo quando a mesma era de seguro não contributivo.

Existem dificuldades conceituais enormes: muitos profissionais desconhecem o que é uma operação de co-seguro, resseguro, o que é um estipulante ou sub-estipulante em uma apólice coletiva. Enfim, há casos, ainda, de pessoas que confundem prêmio e indenização, embora para os técnicos em seguro isso possa parecer folclórico. O resultado desse problema conceitual é que, muitas vezes, as partes, ao levarem uma questão para ser apreciada judicialmente, ficam extremamente inseguras frente ao resultado que deverão obter.

Solução

O ordenamento jurídico brasileiro oferece um instrumento eficiente para os problemas acima referidos, qual seja, o juízo arbitral ou arbitragem, regulado em nosso País pela Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Sinteticamente, podemos definir arbitragem como a situação pela qual duas ou mais pessoas que estejam em conflito resolvem que o mesmo será decidido por uma terceira pessoa, estranha ao caso e imparcial.

Entre as inúmeras vantagens da utilização da arbitragem, destacamos a solução rápida para o conflito e fornecida por julgadores

imparciais, os árbitros, que serão conhecedores com profundidade das questões do seguro.

Clientela do Juízo Arbitral

Antes que um leitor mais apressado inicie uma feroz crítica à presente exposição, antecipamo-nos em dizer que consideramos existirem, na área de seguros, pelo menos três grandes tipos de relações processuais:

1º entre os segurados – no caso, pessoas físicas que contratam seguros para seus automóveis, residências, vida e acidentes pessoais coletivos, saúde, enfim, modalidades que diríamos 'caseiras' de seguros – e as seguradoras. Nesse grupo nós podemos englobar as pequenas empresas e os beneficiários de seguros;

2º entre os inúmeros operadores do mercado de seguros. Como operadores consideramos as sociedades seguradoras, a IRB - Brasil Resseguros S.A., as sociedades corretoras de seguros, os corretores de seguros – na qualidade de pessoas físicas – estipulantes e subestipulantes de apólices coletivas e as 'plataformas' – terceirização da área comercial das seguradoras;

3º entre os operadores do mercado segurador e grandes segurados, geralmente empresas que submetem as apólices que vão celebrar a seus eficientes departamentos jurídicos. Há casos em que esses segurados são mais poderosos economicamente que as próprias seguradoras, por exemplo, uma empresa de aviação que pretende segurar vários de seus aviões (modelos *boeing*) ou um armador que pretende segurar navios. Nesses casos há, inclusive, o resseguro e a colocação do risco no mercado internacional pela IRB-Brasil Re.

De imediato, registamos que o juízo arbitral não se destinaria a resolver os conflitos surgidos nas relações do primeiro grupo acima referido (segurados/beneficiários e as seguradoras). Estas são situações mais peculiares que devem continuar sendo submetidas ao crivo do Poder Judiciário. O pequeno segurado é um consumidor mais vulnerável, sendo aplicável aos seus feitos o Código do Consumidor: a apólice, em regra, é um contrato de adesão.

A arbitragem se destinaria a resolver os conflitos originados entre os operadores do

mercado, entre seguradoras; corretoras; seguradoras e corretoras (pessoas jurídicas); ou corretores (pessoas físicas), enfim, entre aqueles que contratam, negociam e precisam de soluções ágeis e seguras para seus negócios.

Nesse sentido, também não há porque não se submeter os integrantes do terceiro grupo à arbitragem; como já referido, os segurados, em certos casos, são mais fortes economicamente que as próprias seguradoras, são segurados que sentam em uma mesa de negociação representados por eficientes executivos e assessorados por competentes advogados. Esse grupo também deve ter seus conflitos submetidos à arbitragem.

Arbitragem, na prática

O juízo arbitral é extremamente difundido nos chamados países desenvolvidos para resolver conflitos, principalmente nas relações comerciais. A sua previsão, no ordenamento jurídico brasileiro, conforme já referido, encontra-se na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Com a recente Lei, a arbitragem apresenta-se como um instrumento dinâmico, eficiente e que, na prática, facilita a vida das pessoas (físicas e jurídicas), principalmente de quem atua profissionalmente/empresarialmente em um determinado mercado e, em especial, no de seguros.

O art. 1º, da Lei acima referida, informa-nos quem pode utilizar o juízo arbitral e quais as questões que podem ser submetidas ao mesmo: "Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis."

Pela definição acima, praticamente todos os conflitos entre os operadores do mercado segurador e os grandes segurados poderão ser objeto de arbitragem. Na arbitragem, as partes possuem ampla liberdade para escolher se a mesma será de direito ou de equidade. Mais, quais as regras que querem que sejam aplicadas no julgamento, podendo convencionar, ainda, que a arbitragem se realize com base nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio, sendo limitador à liberdade das partes tão somente a observância aos bons costumes e à ordem pública (art. 2º, §§ 1º e 2º*).

Resumindo o contido no parágrafo acima em uma única palavra, podemos utilizar a expressão *segurança* ou *previsibilidade*. Os operadores do mercado segurador e as empresas que celebrarem grandes contratos de seguros saberão que eventuais

desavenças em suas relações serão resolvidas com base em regras preestabelecidas por eles mesmos e julgados por um árbitro isento, um técnico, um conhecedor profundo da matéria e em célere espaço de tempo.

A arbitragem pode ser estipulada pelas partes de duas formas, a saber: previamente ou quando surgido o conflito. Previamente, quando essas, na celebração do negócio, colocam no próprio contrato, ou em um documento apartado, uma cláusula compromissória para o caso de surgirem conflitos oriundos daquele contrato, daquela relação, já deixando preestabelecido que o mesmo será resolvido por arbitragem. É possível até já se deixar eleito o(s) árbitro(s) ou as regras de algum órgão arbitral institucional ou entidade especializada.

A outra forma é, em não tendo sido previamente estabelecida a cláusula compromissória e surgindo algum conflito, as partes optarem pela arbitragem e escolherem um árbitro ou uma entidade para resolvê-lo. Quanto a essa modalidade de estipulação somos menos otimistas, posto que se as partes já estão em conflito, com os ânimos acirrados, fica mais difícil comporem a escolha de alguém – o árbitro – para mediar a situação.

Relativamente ao árbitro, o mesmo poderá ser qualquer pessoa capaz, que goze da confiança das partes. Pode a arbitragem ser feita por mais de um árbitro, conforme o caso concreto e a conveniência, mas sempre em número ímpar, por óbvias razões. Embora qualquer pessoa capaz de contratar possa ser árbitro, parece lógico que as partes escolherão um profissional conhecedor da área de seguros para funcionar como julgador.

O prazo para a sentença arbitral será determinado pelas partes de comum acordo ou, no silêncio dessas, no prazo de 6 meses (art. 23*). Imagine-se um processo judicial que durasse apenas 6 meses. É esse importante e ágil instrumento para a solução de conflitos que os operadores do mercado segurador têm à sua disposição.

A sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo. (art. 31*). Mais, diferente do processo judicial, com seus infundáveis recursos, a sentença arbitral não é recorrível, nem fica sujeita a homologação pelo Poder Judiciário (art. 18*).

A arbitragem, como já dito acima, é prática corriqueira nos países do primeiro mundo, sendo, inclusive, as sentenças arbitrais estrangeiras reconhecidas e executáveis no Brasil, desde que atendidos os requisitos do art. 34 e seguintes*.

Corpo de Árbitros

O mercado segurador brasileiro é privilegiado por contar com inúmeros profissionais sérios, competentes e capazes para exercerem a função de árbitros com profundo conhecimento técnico. Há, inclusive, associações que congregam esses técnicos. No Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, há a AGTS – Associação Gaúcha de Técnicos em Seguros, entidade que congrega os técnicos que, na expressão ampla, atuam na área do seguro. Portanto, profissionais com qualificação técnica para exercerem a função de árbitros em seguros nos parece não ser problema.

Conclusão

As relações entre os operadores do mercado segurador e também entre esses e os grandes segurados necessitam, neste mundo globalizado e ágil, de segurança, previsibilidade das decisões e celeridade.

O ordenamento jurídico nacional dispõe, hoje, de um instrumento, ou na acepção técnica, de um instituto, para que sejam atingidos os objetivos acima mencionados, que é o juízo arbitral ou a arbitragem. Os conflitos que ocorrem atualmente na área de seguros são inúmeros, consequência natural, inclusive, da intensidade dos negócios que ocorrem nesse mercado, os quais deverão ampliar-se ainda em função do Mercosul.

O mercado dispõe de um corpo técnico qualificado para ocupar as funções de árbitros e para que se crie uma entidade especializada na arbitragem de seguros.

Pelo exposto, temos praticamente tudo para dar ao mercado de seguros maior serenidade, tranquilidade, previsibilidade e celeridade na solução dos conflitos. Isso faz com que o mercado tenha mais maturidade, o que gera efeitos imediatos em seu desenvolvimento e crescimento. A semente para a criação de uma Câmara de Árbitros Especializada em Seguros está lançada, estamos trabalhando e confiantes para que a mesma frutifique.

Nota: Todos os artigos citados ao longo deste trabalho são da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre arbitragem.

(*) Advogados em Porto Alegre, Sócios e Diretores da XAVIER, VASQUES Escritórios de Advocacia S/C